



ATA NRO. 3/2026

Reunião Ordinária da Câmara Municipal

Realizada no dia 04-02-2026

PRESIDENTE - Pedro Manuel dos Santos Rosa

VEREADORES - Pedro Miguel Lobato Duque

- Duarte Nuno Alves Baptista

- Miguel Afonso Catalão Alves

- Joana Marcos Barroso Ramos

Aos quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho de Sardoal, reuniu a Câmara Municipal, sob a presidência do Senhor Presidente, Pedro Manuel dos Santos Rosa, estando igualmente presentes os Senhores Vereadores, Pedro Miguel Lobato Duque, Duarte Nuno Alves Baptista, Miguel Afonso Catalão Alves e Joana Marcos Barroso Ramos. -----
Verificando-se quórum, o Senhor Presidente, declarou aberta a reunião, eram quinze horas, com a seguinte Ordem do Dia, antecipadamente remetida a todos os Senhores Vereadores, nos termos do Artigo 25º do Código do Procedimento Administrativo, tendo sido tomadas as deliberações que se seguem: -----

Período antes da Ordem de Trabalhos:

INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

(Artigo 52º da Lei nº 75/ 2013, de 12 de setembro)

O Senhor Presidente iniciou a reunião informando sobre o estado de calamidade decretado pelo Governo, também para o Sardoal, que irá manter-se até dia 8. -----
Disse que a situação estava mais controlável, encontrando-se as vias de comunicação desobstruídas, tendo sido registadas, até aquela hora, 148 ocorrências, estando o Município a dar apoio a alguns munícipes que têm falta de meios e devido à a urgência, considerando que as intempéries continuam a ocorrer, na reposição de telhados, na desobstrução de valetas e aquedutos. -----
Referiu ainda haver dois ou três casos pontuais de falta de energia, em Lameiras, Ribeira Acima e Presa, sendo previsível a sua resolução naquele dia. -----
Informou que o fornecimento de água era estável e relativamente às questões sociais, os serviços do município encontravam-se a fazer o seu acompanhamento. -----
Informou ainda que naquele dia iria haver reunião da Comissão Municipal de Proteção Civil para se avaliar o ponto de situação. -----
O Senhor Presidente parabenizou o Grupo Desportivo de Alcaravela pela realização da sua primeira gala, evento muito bonito, muito dignificante e que reconheceu naquele espaço o trabalho de toda a equipa técnica, colaboradores e voluntários. -----

O Senhor Presidente deu a conhecer aos Senhores Vereadores Pedro Duque e Miguel Alves, o relatório final relativo ao acidente de trabalho de uma funcionária, relativo ao incêndio na cozinha, colocando o documento à disposição para consulta. -----

Continuou, referindo que, sobre a questão da tarifa dos RSUs dos consumidores não-domésticos, ter colocado a questão na reunião do Conselho de Administração, da Tejo Ambiente, tendo-lhe sido informado que relativamente aquele montante, os consumidores não-domésticos devem reclamar, para que possa ser feita uma análise caso a caso, relativamente àquilo que são os consumos efetivos de cada estabelecimento, tendo inclusive dado o exemplo da lavandaria do Sardoal, apesar de não saber qual o montante que a lavandaria está a pagar, mas por ser um negócio que não é suscetível de produção de resíduos sólidos urbanos, ao que o Conselho de Administração se mostrou sensível, mostrando-se disponível para adoção do sistema, *pay as you throw*, ou seja, paga-se aquilo que se deita fora, e ajustar o mesmo ao Sardoal e a todos os casos que venham que venham a acontecer. -----

Informou ainda que a empresa se encontrava a analisar o pedido de adesão de mais municípios à Tejo Ambiente, o que pode ser uma vantagem, pois ganha escala. -----

Foi dada a palavra ao Senhor Vice-Presidente, Duarte Baptista, que começou por informar que grande parte dos trabalhos que estão a ser feitos, por causa da depressão, não têm que ser assegurados diretamente pelo Município, podendo alguns ser da competência das Juntas de Freguesia, contudo, dada a urgência em restabelecer a normalidade, continua-se com a limpeza e desobstruções de caminhos rurais, árvores caídas, inclusive as que já estão cortados e que se encontram na via pública, limpeza de sarjetas, sumidouros e manilhas para escoamento de águas fluviais e a articulação com diversas entidades no auxílio à reposição da normalidade nas habitações próprias que tiveram danos com a passagem da depressão. -----

Referiu ainda que um poste de média tensão em Cimo dos Ribeiros, estava a ser intervencionado, estando a e-redes já a trabalhar nos postos de média tensão. -----

Informou da emissão de parecer do Gabinete Técnico da Autarquia relativo ao varandim da piscina coberta, mencionando uma norma de 2009, que refere as condições técnicas e as características, para estes casos em concreto, em que algumas das medidas não correspondem ao que se tem atualmente, sendo de aplicação voluntária e não retroativa, porque o edifício foi construído em 2004, não existindo referências às características das guardas noutros diplomas legais. -----

Referiu ainda o Senhor Vice-Presidente, que desde a entrada em funcionamento da piscina não existe qualquer registo de acidente de queda, contudo, este parecer não invalida que não seja analisado. -----

Foi dada a palavra à Senhora Vereadora Joana Ramos, que começou por informar sobre a publicação nas redes sociais do Município, para reporte de danos e prejuízos dos munícipes, estando disponíveis nas juntas de freguesia os documentos em suporte papel. Fez referência à visita da Associação Portuguesa Amigos dos Castelos à Vila, no dia 24 de janeiro e à presença do município na FITUR na Feira Internacional de Turismo de Madrid, onde foi dado a conhecer o território com a degustação de alguns produtos do Sardoal. Referiu ainda a presença da unidade móvel Creativity, da Fundação La Caixa, junto do Agrupamento de Escolas, nos dias 2 e 3, cujas atividades estimulam a destreza e a criatividade dos alunos. -----

A Senhora Vereadora disse ainda estar a verificar-se uma incidência de sintomatologia que se crê ser viral, em crianças da creche e do jardim de infância, estando o município a acompanhar a situação, que no imediato não inspira grandes preocupações. -----

Foi dada a palavra ao Senhor Vereador Pedro Duque, que começou por parabenizar o Grupo Desportivo de Alcaravela pela sua 1ª Gala, a qual celebrou o espírito muito especial daquele clube, num momento de reconhecimento de quem ali trabalha e reconhecimento dos resultados desportivos, lançando o repto para outras associações. --- Parabenizou ainda o Conselho Económico da Igreja Paroquial de Sardoal pela iniciativa de organização de um almoço para angariação de fundos. -----

O Senhor Vereador referiu que, para além das habitações sem luz, mencionadas pelo Senhor Presidente, tem conhecimento da existência de mais, nomeadamente em Casal Velho, Monte Cimeiro e em Panascos e também na zona norte de Santiago de Montalegre. -----

Questionou qual o ponto da situação da Barragem da Lapa, se foram efetuadas descargas de cheias ou se se continua só por descargas de fundo e se existe algum plano de contingência. -----

Continuou referindo que neste quadro, se verificou a carência de geradores, situação que deve servir de exemplo para situações mais emergentes, para a Escola, Centro de Saúde, Bombeiros e IPSS's, tendo de se repensar este assunto e este tipo de situações, o qual deveria de estar na ordem do dia, pois aqueles equipamentos são prioritários e devem ser salvaguardados. -----

Fez também referência aos pontos de concentração dos sobrantes que pertencem ao domínio público, questionando se os mesmos serão disponibilizados por adjudicação,

numa forma de combater a recolha furtiva e também fazer alguma recolha de alguns meios financeiros que daí possam ocorrer. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente referindo haver municípios que disponibilizam a madeira para quem quiser recolher, tendo o Sardoal o hábito de colocar a madeira que tem algum valor ou que tem alguma dimensão e que pode ter algum interesse, na zona do heliporto sendo posteriormente disponibilizada para venda. -----

Sobre os geradores, referiu ser um assunto que tem sido falado ao nível da Comissão, inclusive também na Tejo Ambiente e, na questão do abastecimento de água, verificou-se que os problemas tardaram a resolver-se por falta de geradores. -----

Disse ainda que a Associação de Assistência e Domiciliária da Alcaravela, tinha adquirido um gerador, o que a tornou independente. -----

Referiu a última aquisição feita através da Comunidade Intermunicipal, de carros com módulos amovíveis, poderia ser adaptada para estas situações, e, a Segurança Social também tem de olhar para estas situações e para as suas IPSS's, e teve uma reação também muito rápida e muito pronta. -----

Sobre a Barragem da Lapa, disse haver preocupação dos moradores a jusante, informando que os serviços monitorizam a barragem quase diariamente, estando a descarga de fundo toda aberta faltando ainda alguns níveis para a descarga de superfície, sendo previsível de acontecer se o agravamento do tempo continuar. -----

Tomou a palavra o Senhor Vice-Presidente referindo que os Bombeiros Municipais têm um gerador próprio, assim como a escola, mas esta só para o sistema de incêndios, havendo intenção de se rever esta situação pois a escola, tem as condições ideais para responder a uma catástrofe. -----

Relativamente à IPSS de Alcaravela, referiu ter sido colocado um gerador de reduzidas dimensões para se fazer face às debilidades do frio até que o da associação começasse a funcionar. -----

Disse ainda que todas as faltas de energia de Alcaravela tinham sido comunicadas à e-redes e em Santiago de Montalegre tinha ficado tudo pronto no dia anterior. -----

Foi dada a palavra ao Senhor Vereador Miguel Alves que começou por referir a importância de se fazer uma comunicação no site e nas redes sociais do Município, para informar os comerciantes e empresários da região, relativamente às tarifas da Tejo Ambiente. -----

Manifestou uma palavra de apreço à AMA de Entrevinhas pela recolha e entrega de bens em Leiria. -----

Manifestou também o seu agradecimento ao Conselho Económico da Igreja da Paróquia do Sardoal pela angariação de fundos na escola e pelo convite efetuado. -----

No que concerne ao varandim o Senhor Vereador referiu o artigo 65º do RGEU, havendo três pilares dos quatro referidos no documento que não são cumpridos, devendo o assunto ser analisado. -----

Continuou parabenizando a Senhora Vereadora, por ter informado sobre a situação da creche, pois considera importante que sejam também prestadas informações sobre situações menos boas. -----

O Senhor Vereador referiu ainda ter havido um desabamento no edifício onde se encontram os elementos da GNR da UEPS, sendo importante analisar-se a situação. -----

Disse ainda ter analisado o mapa de pagamentos e os documentos mostram os prazos de pagamento entre 90 e 125 considerando não ser um atraso pontual, mas um modelo que se tem vindo a verificar ao longo de vários anos, inclusive os protocolos com as associações e coletividades do concelho não são cumpridos, existindo faturas emitidas em setembro que são pagas em janeiro. -----

Disse haver faturas, com valores de 92 euros, 133 euros, 171 euros, 308 euros, 600 euros, que demoram quatro a cinco meses a serem pagas, a empresários do concelho, a prestadores de serviços que vivem do mês, e esta situação diz que as faturas ficam em média cerca de 60 dias fora do sistema, antes de entrarem em circuito interno, ficando depois mais de 50 a 60 dias dentro do sistema até ser emitida a ordem de pagamento, transferindo para os fornecedores um esforço que não lhes devia a eles caber, para si, não é uma questão administrativa mas de liquidez. -----

Referiu haver empresários com dificuldade em pagar salários a tempo e a recorrer a crédito para aguentar a espera, havendo perda de confiança na Câmara Municipal porque paga muito tarde, sendo um problema estrutural e antigo. -----

O Senhor Vereador Miguel Alves questionou o Senhor Presidente, se este considerava ser aceitável para os fornecedores aguardarem 3 e 4 meses pelo pagamento do seu trabalho. Solicitou explicação sobre as faturas demorarem cerca de 2 meses a entrar em circuito interno e indagou sobre que medidas serão tomadas para que esta realidade, que já se arrasta há anos, seja corrigida, se existe alguma medida estrutural de gestão, pois trata-se de uma questão de responsabilidade, de moralidade para quem trabalha para a Câmara Municipal e para a economia do concelho. -----

O Senhor Presidente tomou a palavra referindo ser uma situação que não agrada ao executivo e não engrandece o Município, contudo, não se fica em incumprimento no pagamento, existindo um critério de priorização dos pagamentos, relacionado com a

liquidez e do dinheiro que está disponível para o fazer, e a gestão acontece no momento em que se vai comprar, sendo as aquisições feitas com uma análise prévia do chefe de divisão sobre, se existem ou não, condições para as pagar dentro dos prazos. -----

Referiu não ter conhecimento de fornecedores que tenham retirado a sua confiança no Município e, sobre as associações, disse estarem ao nível daquilo que é a retribuição dos pedidos de pagamento, seguindo a mesma linha do fornecedor normal, contudo, os contratos programa, cujos montantes são mensais, são pagos de imediato. -----

Disse ainda que o caminho é tentar reduzir ao máximo o prazo de pagamento para com os fornecedores, pois pretende-se manter uma boa relação com o tecido económico e que este possa responder da mesma forma, havendo muito para fazer neste sentido. -----

Sobre o desabamento na UEPs, referiu ter havido alguns constrangimentos devido à depressão Cláudia, tendo entrado água no edifício pelos algerozes, não tendo o Município conhecimento da situação e, aquando do aluguer, partiu-se do princípio que o edifício estava em condições, mas em articulação com a UEPS, está ultrapassado, considerando que algumas intervenções a serem feitas, serão assumidas pela UEP's. -----

Relativamente à questão da recolha de donativos, informou que a Junta de Freguesia de Alcaravela também se tinha associado à Cruz Vermelha, tendo pedido a colaboração do município para deslocação e entrega dos géneros em Alvaiázere. -----

No que concerne à comunicação sobre o tarifário, o Senhor Presidente é de opinião que se deve fazer individualmente a cada empresário, sendo o Gabinete de Apoio ao Empresário, o veículo de comunicação, pois são cerca de dez ou onze empresários nesta situação. -----

O Senhor Presidente solicitou aos empresários que, aquando da efetivação da reclamação para a Tejo Ambiente, dessem conhecimento à Autarquia. -----

Foi dada a palavra ao Senhor Vice-Presidente para referir que uma das situações do atraso no prazo do pagamento às associações tem a ver com o atraso ou falta de entrega da documentação por parte das mesmas e, relativamente às medidas de correção disse serem opções políticas, preferindo que fossem apresentadas soluções para redução do prazo médio de pagamento, em vez de se questionar as datas. -----

Referiu existirem uma série de obras em curso, nomeadamente a creche municipal, as obras da igreja a renovação da frota, não se podendo acabar com as mesmas para a redução do prazo médio de pagamento. -----

Referiu ainda o Senhor Vice-Presidente que os contributos apresentados pelo PS para o orçamento e que não foram aceites, não iriam reduzir este prazo. -----

Tomou a palavra o Senhor Vereador Pedro Duque referindo trazer este tema às reuniões de Câmara há vários mandatos a esta parte, e de facto tem-se um prazo médio de pagamento altíssimo, ainda assim, este valor está distorcido pelo facto de uma grande parte dos documentos serem lançados um mês após a sua emissão. -----

Disse ainda que, com a sucessão de empréstimos bancários que se prevê virem a ser contraídos nos próximos anos, por via da comparticipação que o município terá que suportar, a liquidez ficará mais afetada até porque esta é uma questão estrutural, devendo o Município pensar nos encargos que tem assumido. -----

Disse ainda o Senhor Vereador verificar-se no documento, a existência de entidades que, por via daquilo que fornecem ao Município, recebem a 30 dias, pois têm uma capacidade reivindicativa diferente de um empreiteiro ou outro tipo de fornecedores. -----

Disse também que este percurso será ainda mais desfavorável e que a mitigação desta realidade passaria por outro tipo de opções políticas. -----

Interveio o Senhor Presidente referindo que a melhor forma de combater a situação é aumentar as receitas próprias. Os equipamentos do Município e os serviços que presta, são os mínimos exigidos a qualquer Município e esse aumento, a acontecer, seria de forma gradual e nunca seria tão expressivo que tivesse espelho nesta situação. -----

Disse ainda que o aumento em termos de funcionários, não deriva da utilização dos equipamentos municipais, porque estes funcionários, na sua grande maioria, são funcionários de longa data. -----

Mencionou ainda as transferências de competências e as obrigações que o Município assumiu, como foi o caso da creche municipal. -----

Foi dada a palavra ao Senhor Chefe de Divisão Administrativa e Financeira para prestar esclarecimentos referindo que o município não lança faturas um mês depois, mas sim com a data de emissão da fatura, não havendo lugar a qualquer ilegalidade, podendo a fatura ter data de setembro e ser só entregue em novembro, sendo o documento lançado com a data de emissão, ou seja, é a partir da data de lançamento que se conta o prazo. -----

ORDEM DE TRABALHOS

- 1. Ata da Reunião anterior;**
- 2. Diário da Tesouraria;**
- 3. Pedidos de transporte;**
- 4. Cedência de equipamentos de proteção individual (EPI);**
- 5. Abertura de Procedimento - Contratação Empréstimo Médio Longo Prazo (Jardim de Infância da Presa e Mercado Diário Municipal).**

ORDEM DE TRABALHOS

1. ATA DA REUNIÃO ANTERIOR

Após confirmação de que todos os membros da Câmara tinham tomado conhecimento do conteúdo da ata da reunião anterior, oportunamente distribuída, foi dispensada a leitura, nos termos do artigo quarto do Decreto - Lei número quarenta e cinco mil, trezentos e sessenta e dois, de vinte e um de novembro de mil novecentos e sessenta e três, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

2. DIÁRIO DA TESOURARIA;

Foi presente o diário da tesouraria respeitante ao dia 23 de janeiro de 2026, cujos valores são os seguintes: -----

- a) Dotações Orçamentais1 117 848,52 €
- b) Dotações não Orçamentais 115 096,27€
- Total das Disponibilidades1 232 944,79 €

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3. PEDIDOS DE TRANSPORTE;

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE SARDOAL

- 18 de março – Coimbra;
- 19 de fevereiro – Lisboa;
- 27 de maio – Carnaxide;
- 15 de abril – Carnaxide;
- 06 de março – Abrantes;

ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DOS ANIMAIS DE SARDOAL

- 04 de outubro – Vila Nova de Santo André;

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir os pedidos. -----

4. CEDÊNCIA DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI);

Por ter sido oferecido ao Corpo de Bombeiros Municipais de Sardoal, dezanove conjuntos de equipamentos de proteção individual (EPI), compostos por calças, casaco, botas, luvas, capacete e lanterna, pela empresa Buijnink (sedeada no concelho), o Centro Social dos Bombeiros Municipais de Sardoal, propõe que os mesmos sejam disponibilizados àquele Corpo de Bombeiros, que possam ser utilizados pelos seus operacionais, considerando a importância dos equipamentos. -----

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aceitar a doação e colocar à disponibilização dos Bombeiros. -----

5. ABERTURA DE PROCEDIMENTO - CONTRATAÇÃO EMPRÉSTIMO MÉDIO LONGO PRAZO (JARDIM DE INFÂNCIA DA PRESA E MERCADO DIÁRIO MUNICIPAL);

Relativamente ao assunto mencionado em título, foi apresentada a informação nro 1584/2026, cujo teor a seguir se transcreve: -----

“Considerando:

- A estimativa total para a construção das referidas infraestruturas, que ascendem ao valor de 1.241.154€, a conforme mapa abaixo:

Descrição	Estimativas (Valor c/ IVA)	
	Jardim de Infância da Presa	Mercado Municipal de Sardoal
Empreitada	576 960,00 €	505 907,00 €
Fiscalização	25 000,00 €	25 000,00 €
Revisão de Preços	57 696,00 €	50 591,00 €
	659 656,00 €	581 498,00 €
	Total	1 241 154,00 €

- As Candidaturas a considerar no âmbito Investimento Territorial Integrado da CIM Médio Tejo, cujo valor de financiamento são os seguintes:

- Jardim de Infância da Presa: 300 mil euros;
- Mercado Municipal de Sardoal: 150 mil euros;

- O disposto no artigo 51º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, e de acordo com os valores apresentados anteriormente, o Município de Sardoal pretende contratar, junto das instituições financeiras, um empréstimo, cujo valor ascende ao montante de **791.154€**, para cobertura das necessidades dos investimentos mencionados;
- Nos termos do nº 5 do artigo 52º da Lei nº 73/2013 de 03 setembro, para efeitos do apuramento da dívida total dos municípios não é considerado o valor dos empréstimos destinados exclusivamente ao financiamento da contrapartida nacional de projetos com participação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) ou de outros fundos de apoio aos investimentos inscritos no orçamento da União Europeia;
- Os investimentos em causa, ultrapassam, 10% do investimento previsto no Orçamento do Município para 2026, pelo que, conforme determina o nº 2 do artigo 51º da Lei nº 73/2013 de 03 setembro, as obras mencionadas deverão ser submetidas, independentemente da sua inclusão no plano plurianual de atividades, a **discussão** e a **autorização prévia** da Assembleia Municipal;
- Nos termos do nº 7 do artigo 51º da Lei nº 73/2013 de 03 setembro, o empréstimo não poderá ter prazo de vencimento superior à natureza das operações que visam financiar, não podendo, em caso algum, exceder a vida útil do respetivo investimento, nem ultrapassar o prazo de 20 anos, sendo que neste caso, a **vida útil é de 20 anos**;
- Nos termos do nº 11 do artigo 51º da Lei nº 73/2013 de 03 setembro, as amortizações anuais previstas para cada empréstimo não podem ser inferiores a 80% da amortização média de empréstimos, tal como definida no n.º 4 do artigo 40º da mesma Lei. **De acordo com o mapa abaixo conclui-se que o período do empréstimo poderá ser de 20 anos.**

Amortização Média (Previsão)	Nº Empr.	Amort_Med. / nº Empr.	80%	Valor do emprestimo	Nº anos vida útil	Amort. Anual
352 901,91 €	12	29 408,49 €	23 526,79 €	791 154,00 €	20	39 557,70 €

Face ao exposto **PROPÕE-SE** que câmara delibere:

1. Contratação do Empréstimo de Médio e Longo Prazo, nas seguintes condições:

(...)

2. **Constituição do Júri**

(...)

3. Que se convide as instituições bancárias que laboram na nossa região, e que tem relações financeiras com o município, para apresentar proposta, nomeadamente: (...)” -----

O Senhor Presidente prestou informações sobre o assunto.

Interveio o Senhor Vereador Pedro Duque referindo que os eleitos pelo PS não são favoráveis a empréstimos, contudo a necessidade decorre da realidade, congratulando-se pelo facto de o Município investir no Jardim de Infância da Presa, dado ser o único equipamento daquela natureza que ali se mantém ativo. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente, referindo ser uma oportunidade, dado que o quadro comunitário estava a decorrer e opções tiveram de ser tomadas. -----

Referiu que o projeto do Mercado Diário esteve previsto no âmbito da renovação das aldeias, sendo o valor mais alto devido à tentativa de criação de espaços polivalentes para servir também as associações para realização de eventos. -----

Sobre o jardim de Infância da Presa, referiu fazer falta não só à localidade de Alcaravela, mas também ao Sardoal, porquanto se tem verificado um aumento do número de alunos. -----

O Senhor Vereador Miguel Alves referiu que o empréstimo tem um prazo muito alargado, colocando algumas questões ao Senhor Chefe de Divisão, que prontamente respondeu.

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a contratação do empréstimo de acordo com a informação prestada pelo serviço. -----

A Senhora Vereadora Joana Ramos pediu a palavra, referindo a importância das questões colocadas pelo PS nas reuniões de Câmara, contudo, às vezes quer-se chegar à questão dos gastos com pessoal e, no dia e que todo o executivo, no âmbito da proteção civil foi verificar os estragos provocados pela depressão Kristin, pode-se comprovar que os gastos com o pessoal, mesmo aquele que às vezes é tão criticado, foram e, continuam a ser, inteiramente bem alocados devendo ser motivo de orgulho para todos. -----

Disse ainda haver outras medidas e outros objetivos que o executivo tem, que estão em andamento e que não têm só a ver com a questão de servir a população, o que é importante, mas tem a ver com desejos futuros de trazer outra dinâmica económica ao Concelho. -----

Considerando a urgência na aprovação dos documentos e, de acordo com nº 3 do artigo 20º do Regimento e, o n.º 3 do artigo 57º da Lei nº 75/ 2013 de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta, as deliberações tomadas. -----

Encerramento

E, não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Câmara deu por encerrada a reunião eram dezasseis horas e trinta e cinco minutos, do que para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente ata, que depois de considerada em conformidade, vai ser assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Anabela Graça, Técnica Superior de Secretariado, da Secção de Expediente, Arquivo Geral e Reprografia, que a redigi, subscrevi e assino. -----

